

MINUTA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NA BAHIA - SR/PF/BA

MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 08258.000090/2023-23

*** MINUTA DE DOCUMENTO**

[1]

MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS CONTÍNUOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO

Minuta extraída em 15/07/2024 do site da Advocacia-Geral da União / Consultoria-Geral da União no endereço eletrônico <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/pregao-e-concorrenca>.

(Processo Administrativo nº 08258.000090/2023-23)

CONTRATO

ADMINISTRATIVO Nº/2024 -
SR/PF/BA, QUE FAZEM ENTRE SI A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE
POLÍCIA FEDERAL NA BAHIA -
SR/PF/BA E A EMPRESA

A União, por intermédio da Superintendência Regional de Polícia Federal na Bahia - SR/PF/BA, com sede na Av. Engenheiro Oscar Pontes, 339, Água de Meninos, na cidade de Salvador/BA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.494/0022-60, neste ato representada pelo Delegado de Polícia Federal, Flávio Márcio Albergaria Silva, nomeado pela Portaria de Pessoal SE/MJSP nº 334, de 24 de janeiro de 2023, do Secretário-Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública substituto, publicada no DOU nº 17-C, de 24 de janeiro de 2023, Seção 2 - Edição Extra, pág. 28, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria DG/PF nº 17.633, de 23 de fevereiro de 2023, do Diretor-Geral Substituto da Polícia Federal, publicada no Boletim de Serviço - BS nº 038, de 24 de fevereiro de 2023, págs. 11, 12 e 13, portador da matrícula funcional nº 15403, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, sediada na, em, CEP:, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado por (nome e função na contratada), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 08258.000090/2023-23 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº .../2024 - SR/PF/BA, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos de vigilância armada patrimonial para a Superintendência Regional de Polícia Federal na Bahia (SEDE) e suas unidades descentralizadas, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Superintendência Regional de Polícia Federal na Bahia - SR/PF/BA		Mês	R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX
2	Delegacia de Controle de Armas e Químicos, e Segurança Privada, e Delegacia de Polícia de Imigração - Corredor da Vitória					
3	Delegacia de Polícia Federal em Porto Seguro - DPF/PSO/BA					
4	Feira de Santana					
5	Delegacia Regional de Polícia Federal em Juazeiro - DPF/JZO/BA					
6	Delegacia Regional de Polícia Federal em Vitória da Conquista - DPF/VDC/BA					
7	Delegacia de Polícia Federal em Ilhéus - DPF/ILS/BA					
8	Delegacia de polícia Federal em Barreiras - DPF/BRA/BA					

Nota explicativa: Esta tabela é meramente ilustrativa, devendo ser ajustada conforme planilha apresentada no momento da licitação (caso concreto).

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos contados a partir do dia 01/01/2025, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. **CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. **CLÁUSULA QUINTA - PREÇO**

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (....), perfazendo o valor total de R\$ (....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários

ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes, inclusive quanto à utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação ou do Pagamento pelo Fato Gerador, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS (art. 92, V e X)**

7.1. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do contratado.

7.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

a. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

b. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.3.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (art. 135, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021).

7.5. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021).

7.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.7. Na repactuação, o contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade. (art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 14.133/2021).

7.8. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.8.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.9. Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos decorrentes do

mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA/IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^o) / I^o$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^o = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.10. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.11. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.12. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.13. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.14. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.15. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.16. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.17. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.18. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.19. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.20. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.21. O contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 2 (dois) meses, contado da data do fornecimento, pelo contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados. (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º).

7.22. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.23. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.24. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.25. O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.26. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.27. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento .

8. **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como (art. 48 da Lei n.º 14.133/2021):

8.9.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.9.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;

8.9.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do contratado;

8.9.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.9.5. demandar a funcionário do contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

8.9.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.

8.10. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.11.1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 2 (dois) meses.

8.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.8. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.24. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.25. Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

9.26. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.27. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

9.28. Disponibilizar ao contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

9.29. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

9.30. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;

9.31. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o contratado deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

9.32. Autorizar o contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

9.33. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

9.34. Atender às solicitações do contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

9.35. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.36. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar ao contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.37. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

9.38. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.39. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.40. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

9.41. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

9.41.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções

previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

9.41.2. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratado deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

9.42. Nos casos em que haja um número mínimo de vinte e cinco colaboradores alocados no contrato, destinar 8% das vagas exclusivamente para mulheres vítimas de violência doméstica;

9.42.1. As vagas reservadas serão destinadas prioritariamente para pretas e pardas, na proporção que essas mulheres representarem na unidade da federação da prestação do serviço, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

9.42.2. Incluem-se entre as beneficiárias das vagas reservadas as mulheres trans, travestis e outras possibilidades do gênero feminino, conforme definido no art. 5º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

9.42.3. Sempre que houver um desligamento, a contratada deverá buscar atender ao percentual mínimo de 8% com a nova contratação.

9.42.4. Se não houver mulheres elegíveis em número suficiente para preencher as vagas reservadas, a empresa poderá contratar livremente.

9.42.5. Para cálculo do percentual de vagas reservadas serão considerados todos os empregados alocados no contrato, incluindo folguistas e substitutos.

9.42.6. O percentual de mão-de-obra de que trata este item deverá ser mantido durante toda a execução contratual, ressalvado o subitem 9.42.4.

9.42.7. A contratada deve manter o sigilo da condição de violência doméstica da profissional que será alocada para a prestação do serviço.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total/anual do contrato, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da contratada que venham a participar da execução dos serviços contratados.

10.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

10.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

10.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.8 deste contrato.

10.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

10.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

10.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

10.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao contratado; e

10.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

10.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 10.6, observada a legislação que rege a matéria.

10.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

10.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

10.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

10.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

10.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 dias úteis, contados da data em que for notificada.

10.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

10.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

10.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

10.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

10.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

10.16. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que o contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

10.17. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

10.18. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

10.19. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao contratado.

10.20. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

10.21. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) Multa:

(1) Moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2 % (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” e “h” do subitem 11.1, de 15 % (quinze por cento) a 30 % (trinta por cento) do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 20 % (vinte por cento) a 30 % (trinta por cento) do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 5 %

(cinco por cento) a 30 % (trinta por cento) do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea "a" e "d" do subitem 11.1, a multa será de 1 % (um por cento) a 15 % (quinze por cento) do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros

contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

12.7. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

12.8. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

12.9. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

12.9.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei n.º 14.133/2021); e

12.9.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional

ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

12.10. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (art. 121, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

12.11. O contratante poderá ainda:

12.11.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, “c”, da Lei n.º 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e

12.11.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

12.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ALTERAÇÕES**

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

14.1.1. Gestão/Unidade: 1 / SR/PF/BA

14.1.2. Fonte de Recursos: TESOURO / RECURSOS ORDINÁRIOS

14.1.3. Programa de Trabalho: XXXXXXXX

14.1.4. Elemento de Despesa: 339039

14.1.5. Plano Interno: XXXXXXXX

14.1.6. Nota de Empenho: XXXXXXXX

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO (art. 92, §1º)**

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Salvador, Seção Judiciária da Bahia para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Salvador/BA, data da assinatura eletrônica.

(Assinado eletronicamente)
FLÁVIO MÁRCIO ALBERGARIA SILVA
Representante Legal do CONTRATANTE

(Assinado eletronicamente)
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1 - *(Assinado eletronicamente)*

2 - *(Assinado eletronicamente)*

[1]

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: maio/2023

Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico - Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação



Documento assinado eletronicamente por **MARIO VALTER NEVILLE DE CARVALHO JUNIOR**, **Gestor de Contrato**, em 18/07/2024, às 21:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

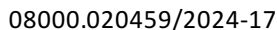
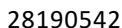


A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=36239311&crc=81FB510C](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=36239311&crc=81FB510C).

Código verificador: **36239311** e Código CRC: **81FB510C**.



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva

OFÍCIO-CIRCULAR Nº 92/2024/SE/MJ

Brasília, 18 de junho de 2024.

Aos Senhores Chefes de Gabinete:

Gabinete do Ministro - GM

Gabinete da Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp;

Gabinete da Secretaria Nacional de Justiça - Senajus;

Gabinete da Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon;

Gabinete da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos -
Senad:

Gabinete da Secretaria de Acesso à Justiça - Saju;

Gabinete da Diretoria-Geral da Polícia Federal - PF;

Gabinete da Diretoria-Geral da Polícia Rodoviária Federal - PRF; e

Subsecretaria de Administração - SAA.

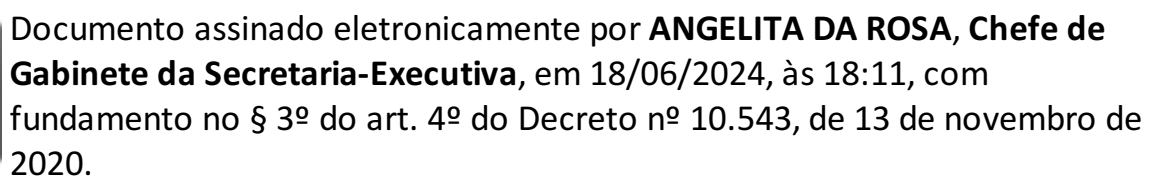
Assunto: Decreto Federal nº 11.430, de 2023 – Exigência de percentual de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica em contratações públicas realizadas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

Senhores Chefes de Gabinete,

1. Cumprimentando-os cordialmente, refiro-me ao OFÍCIO CIRCULAR SEI nº 1025/2024/MGI (SEI nº 28177742), pelo qual o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) versa a respeito do Decreto

2. Nesse contexto, encaminhado para conhecimento e divulgação.

Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva




ENC: Decreto Federal nº 11.430, de 2023 – Exigência de percentual de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica em contratações públicas realizadas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

MJ- Agendas SE <agendase@mj.gov.br>

Seg, 17/06/2024 11:40

Para:Protocolo <protocolo@mj.gov.br>

 2 anexos (188 KB)

Oficio_Circular_42773347.pdf; Anexo_42496411_Decreto_11430_Fluxo_de_Implementacao.pdf;

Prezados,

Gentileza incluir no sistema SEI.

Att. Agenda SE.

-----Mensagem original-----

De: MGI/Coordenação Administrativa e Gestão Interna <seges.coadi@gestao.gov.br>

Enviada em: segunda-feira, 17 de junho de 2024 11:29

Para: MJ- Agendas SE <agendase@mj.gov.br>; Secretaria Executiva - SE

<secretaria.executiva@mj.gov.br>

Assunto: Decreto Federal nº 11.430, de 2023 – Exigência de percentual de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica em contratações públicas realizadas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

"FAVOR CONFIRMAR O RECEBIMENTO DESTA MENSAGEM, EM ATENDIMENTO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ECONOMICIDADE.

NÃO HAVENDO CONFIRMAÇÃO, O DOCUMENTO SERÁ EXPEDIDO VIA CORREIOS".

Prezados(as),

Encaminhamos o OFÍCIO SEI Nº 1025/2024/MGI

Referência: Processo nº 19973.010510/2024-00.

Atenciosamente,

Iago Barreto

Coordenação Administrativa e Gestão Interna Secretaria de Gestão e Inovação Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
Secretaria de Gestão e Inovação

OFÍCIO CIRCULAR SEI nº 1025/2024/MGI

Ao Senhor

MANOEL CARLOS DE ALMEIDA NETO

Secretário Executivo

Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, 3º andar, Sala 300 – Edifício Sede – Palácio da Justiça

70064-900 Brasília - DF

agendase@mj.gov.br secretaria.executiva@mj.gov.br

Assunto: Decreto Federal nº 11.430, de 2023 – Exigência de percentual de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica em contratações públicas realizadas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

Referência: Ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o Processo nº 19973.010510/2024-00.

Senhor Secretário Executivo,

1. A Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC), em seu artigo 25, § 9º, I, prevê a possibilidade de exigência de percentual mínimo de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica nos editais de licitação voltados à contratação de serviços continuados, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme regulamento. Trata-se de medida voltada à utilização do poder de compra governamental para efetivação de políticas sociais prioritárias, que incluem, entre outras, a proteção a mulheres vítimas de violência, por meio da promoção de sua recolocação profissional e, consequentemente, de sua autonomia financeira.

2. A medida foi regulamentada pelo Decreto Federal nº 11.430, de 8 de março de 2023, cujo artigo 3º estabelece o percentual mínimo de 8% das vagas previstas em editais para contratação de serviços continuados, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, no caso de contratos com quantitativos mínimos de 25 colaboradores. A previsão do percentual nos editais condiciona-se à formalização de Acordos de Cooperação Técnica (ACT) entre o Governo Federal, por meio do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e do Ministério das Mulheres (MM), e os organismos responsáveis pela política pública de atenção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar no âmbito dos Estados e do Distrito Federal.

3. Tendo em vista a recente celebração de ACTs junto aos **Estados do Maranhão, da Bahia, do Rio de Janeiro e do Piauí, os órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional sediados nos referidos estados, assim como os sediados nos estados com ACT celebrado**

anteriormente, quais sejam, Distrito Federal e Rio Grande do Norte, deverão observar, em seus processos licitatórios, o percentual mínimo de 8% previsto no Decreto Federal nº 11.430, de 2023, a partir da inclusão de cláusula contratual específica voltada ao seu cumprimento. Os ACTs mencionados encontram-se disponíveis no portal Compras.gov.br, no link: <https://www.gov.br/compras/pt-br/nllc/reserva-de-vagas-para-mulheres-em-situacao-de-violencia-domestica/estados-parceiros/estados-parceiros-e-contatos>.

4. A inclusão da cláusula específica voltada ao cumprimento do Decreto nº 11.430, de 2023 deve observar o modelo de contrato disponibilizado pela Advocacia-Geral da União (AGU), disponível no link: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-pregao-e-concorrencia> (Modelo Contrato Serviços com Mão de Obra Lei 14.133 - Cláusula Nona – 9.45).

5. Dessa forma, a partir da previsão nos Editais e da assinatura dos novos contratos com as licitantes vencedoras dos certames sujeitos à regra ora disposta, **deverá ser observado o fluxo processual anexo** (SEI nº 42496411), visando a efetivação da regra trazida pela Lei nº 14.133, de 2021 e pelo Decreto nº 11.430, de 2023. **Solicita-se, assim, a gentileza de que retransmitam tais orientações às suas unidades descentralizadas ou entidades vinculadas no âmbito do Distrito Federal e dos Estados do Rio Grande do Norte, Maranhão, Bahia, Rio de Janeiro e Piauí**, bem como a recomendação de acessarem a página e o **Caderno de Logística - Implementação do Decreto nº 11.430/2023** no portal Compras.gov.br, voltados à padronização das informações quanto aos procedimentos regulamentados, disponíveis no link: <https://www.gov.br/compras/pt-br/nllc/reserva-de-vagas-para-mulheres-em-situacao-de-violencia-domestica/reserva-de-vagas-para-mulheres-em-situacao-de-violencia-domestica/>.

6. Por fim, coloco à disposição a equipe da Coordenação-Geral de Normas da Diretoria de Normas e Sistemas de Logística desta Secretaria de Gestão e Inovação, para esclarecimentos complementares por meio do e-mail cgnor.seges@gestao.gov.br.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

KATHYANA DANTAS MACHADO BUONAFINA

Secretária de Gestão e Inovação Substituta

Anexo:

– Fluxo processual - Implementação do Decreto nº 11.430/2023 (SEI nº 42496411).



Documento assinado eletronicamente por **Kathyana Dantas Machado Buonafina, Secretário(a) Substituto(a)**, em 14/06/2024, às 20:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **42773347** e o código CRC **7BF17F4E**.

Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 9º Andar, Sala 943 - Bairro Zona Cívico-Administrativa
CEP 70046-900 - Brasília/DF
(61) 2020-5619 - e-mail cgnor.seges@gestao.gov.br - gov.br/gestao

Referência: ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o Processo nº 19973.010510/2024-00.

SEI nº 42773347

A photograph of a person's hands organizing papers and sticky notes on a desk. The scene is overlaid with a semi-transparent green filter. The hands are positioned over a collection of documents, some of which have colorful sticky notes attached. A color calibration chart is visible on the right side of the desk. The overall composition suggests a workflow or implementation process.

Fluxo de implementação

Contratação de mulheres em situação de violência doméstica e familiar

MGI

Formalização de parceria
com o organismo de políticas
para as mulheres

Comunicar, via ofício circular,
os órgãos e entidades públicas
federais na localidade sobre a
celebração do acordo e como
contatar o organismo de
políticas para as mulheres

**Órgão ou entidade
contratante**

Informar antecipadamente ao
organismo de políticas para as
mulheres previsão de
contratação

Iniciar processo licitatório,
conforme demanda e
conveniência, utilizando
modelos disponibilizados pela
AGU

Empresa contratada

**Organismo de
políticas para as
mulheres**

Ingresso da mulher na rede
de atendimento

Cadastrar ou articular junto
aos serviços da rede o
cadastramento da mulher em
banco de dados

Direcionar ações de
capacitação e qualificação
profissional para os perfis
informados

Constará no cadastro
informações sobre
qualificações profissionais

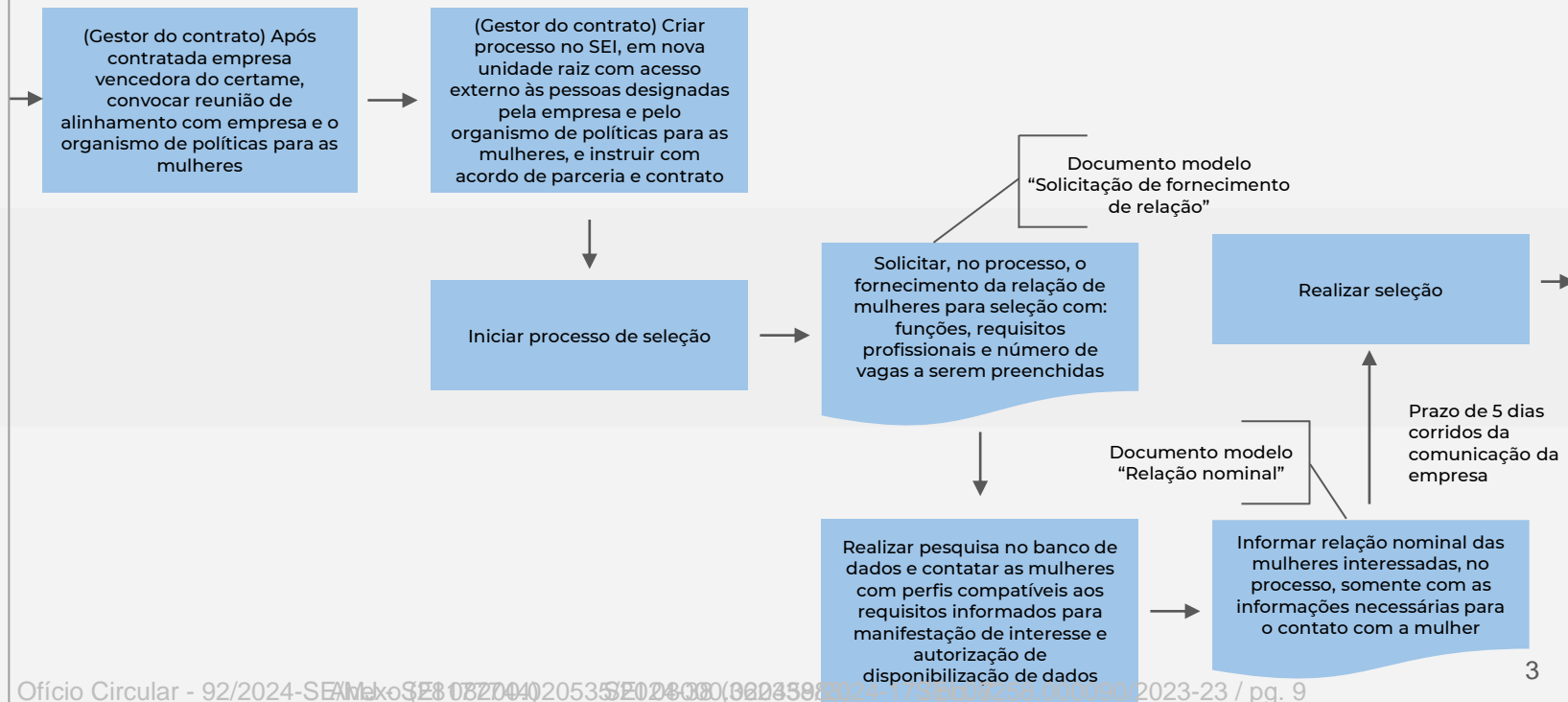
Contratação de mulheres em situação de violência doméstica e familiar

MGI

Órgão ou entidade contratante

Empresa contratada

Organismo de políticas para as mulheres



Contratação de mulheres em situação de violência doméstica e familiar

MGI

Encerramento da fase de contratação

Órgão ou entidade contratante

Empresa contratada

Informar, no processo, resultado da seleção com a quantidade de mulheres contratadas, os nomes e, em caso de não contratação, os motivos

Organismo de políticas para as mulheres

Validação

NÃO

Solicitar ao gestor do contrato mediação junto à empresa para reavaliação do resultado

SIM

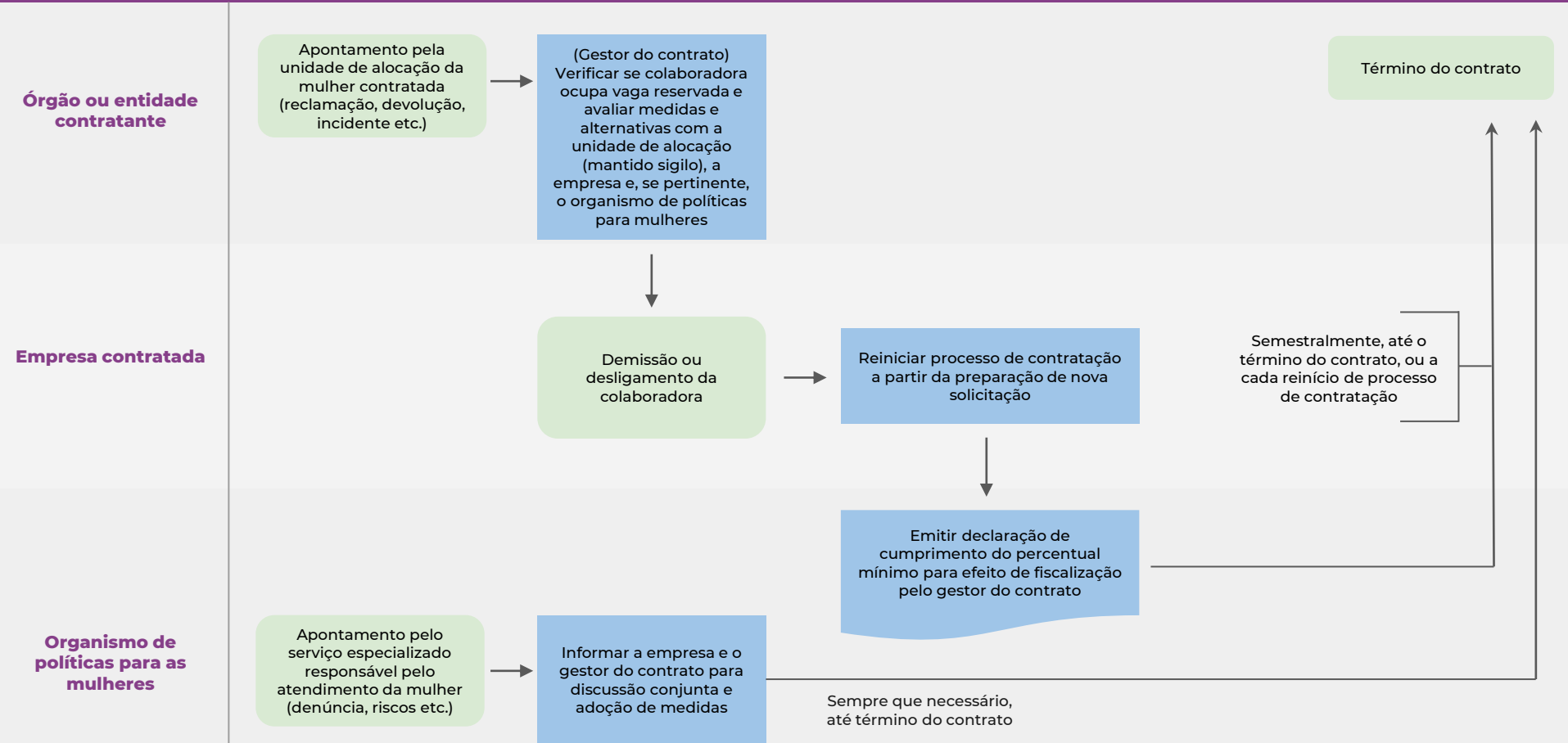
Atualizar cadastro das mulheres contratadas no banco de dados

Emitir declaração de cumprimento do percentual mínimo, na qual constará, quando couber, justificativa do não cumprimento

Documento modelo
"Declaração do cumprimento do percentual mínimo"

Prazo de 15 dias corridos da comunicação do resultado

Acompanhamento da permanência das mulheres contratadas



RE: Decreto Federal nº 11.430, de 2023 – Exigência de percentual de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica em contratações públicas realizadas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

Protocolo <protocolo@mj.gov.br>

Ter, 18/06/2024 11:30

Para:Secretaria Executiva - SE <secretaria.executiva@mj.gov.br>

Prezados(as) senhores(as),

Acuso recebimento e informo que a documentação foi protocolada sob o número SEI (08000.020459/2024-17) e encaminhada à área competente para demais providências.

Atenciosamente,

Divisão de Protocolo do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

(61) 2025-3926

De: Secretaria Executiva - SE <secretaria.executiva@mj.gov.br>

Enviado: segunda-feira, 17 de junho de 2024 11:45

Cc: Protocolo <protocolo@mj.gov.br>

Assunto: RES: Decreto Federal nº 11.430, de 2023 – Exigência de percentual de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica em contratações públicas realizadas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

-----Mensagem original-----

De: MGI/Coordenação Administrativa e Gestão Interna <seges.coadi@gestao.gov.br>

Enviada em: segunda-feira, 17 de junho de 2024 11:29

Para: MJ- Agendas SE <agendase@mj.gov.br>; Secretaria Executiva - SE <secretaria.executiva@mj.gov.br>

Assunto: Decreto Federal nº 11.430, de 2023 – Exigência de percentual de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica em contratações públicas realizadas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

"FAVOR CONFIRMAR O RECEBIMENTO DESTA MENSAGEM, EM ATENDIMENTO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ECONOMICIDADE.

NÃO HAVENDO CONFIRMAÇÃO, O DOCUMENTO SERÁ EXPEDIDO VIA CORREIOS".

Prezados(as),

Encaminhamos o OFÍCIO SEI Nº 1025/2024/MGI

Referência: Processo nº 19973.010510/2024-00.

Atenciosamente,

Iago Barreto

Coordenação Administrativa e Gestão Interna Secretaria de Gestão e Inovação Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Data de Envio:

18/06/2024 18:27:33

De:

MJ/Protocolo Geral do Ministério da Justiça <protocolo@mj.gov.br>

Para:

protocolo@prf.gov.br

sera.cgad.dlog@pf.gov.br

Assunto:

SOLICITAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO - 08000.020459/2024-17

Mensagem:

Prezados,

Favor confirmar o recebimento do processo nº 08000.020459/2024-17.

Atenciosamente,

Divisão de Protocolo

(61) 2025.9986/9251



ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 27/2024

Unidade Gestora: MGI/MM/GOV-BA

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS E DO MINISTÉRIO DAS MULHERES, E O ESTADO DA BAHIA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES, VISANDO ESTABELECEER AÇÕES CONJUNTAS QUE ASSEGUREM APOIO AO ATENDIMENTO DO PERCENTUAL MÍNIMO DE VAGAS PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR EM CONTRATAÇÕES PÚBLICAS.

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS**, inscrito no CNPJ sob nº 00.489.828/0027-94, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 6º andar, Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70040-906, neste ato representado pela Ministra de Estado da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, ESTHER DWECK, nomeada pelo Decreto de 1º de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial de União na mesma data, portadora da matrícula SIAPE nº 1573140, e do **MINISTÉRIO DAS MULHERES**, inscrito no CNPJ sob nº 05.510.958/0001-46, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco C, 6º andar, Sala 604, Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70058-900, neste ato representado pela Ministra de Estado das Mulheres, APARECIDA GONÇALVES, nomeada pelo Decreto de 1º de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial de União na mesma data, Edição Especial, portadora da matrícula SIAPE nº 1374522; e o **ESTADO DA BAHIA** por intermédio da **SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES**, inscrita no CNPJ sob o nº 13.763.132/0001-17, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 776, 3º andar, Caminho das Árvores, Salvador/BA, neste ato representada pela sua responsável legal, ELISÂNGELA DOS SANTOS ARAÚJO, nomeada pelo Decreto de 4 de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia, resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnica, em conformidade com as disposições previstas no inciso I do § 9º do art. 25 da Lei nº 14.133, de 1º abril de 2021, e o do art. 4º do Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023, segundo as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica o estabelecimento de regime de cooperação mútua, entre o **MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS**, **MINISTÉRIO DAS MULHERES** e o **ESTADO DA BAHIA** por intermédio da Secretaria de Políticas para as Mulheres, doravante denominados PARTÍCIPES, para estabelecimento de ações conjuntas que assegurem o atendimento do percentual mínimo de vagas, em contratações públicas, por mão de obra constituída de mulheres em situação de violência doméstica e familiar, no âmbito do órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

1.1.1. Em atendimento ao disposto no item 1.1, as contratações de serviços contínuos com regime de

dedicação exclusiva de mão de obra reservarão o **percentual mínimo de 8% (oito por cento) das vagas** para mulheres em situação de violência doméstica e familiar, aplicando-se ao contrato com quantitativo mínimo de 25 (vinte e cinco) colaboradores(as).

1.1.2. O percentual mínimo de mão de obra previsto no item 1.1.1 deverá ser mantido durante toda a execução contratual.

1.1.3. Incluem-se nas vagas do item 1.1.1 as mulheres trans, travestis e outras possibilidades do gênero feminino, nos termos do disposto no art. 5º da Lei nº 11.340, de 2006.

1.1.4. As vagas do item 1.1.1 serão destinadas prioritariamente a mulheres pretas e pardas, observada a proporção de pessoas pretas e pardas na unidade da federação onde ocorrer a prestação do serviço, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

1.1.5. Não se caracteriza descumprimento do emprego de percentual mínimo previsto no item 1.1.1 a indisponibilidade de mão de obra com a qualificação necessária para atendimento do objeto contratual.

1.2. As empresas prestadoras de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão efetivar a contratação de mulheres em situação de violência doméstica e familiar por meio de processo seletivo, dentro do percentual estipulado no item 1.1.1, observando a inclusão do item 1.1.3 e a prioridade do item 1.1.4, todos desta Cláusula.

CLAUSULA SEGUNDA – DOS OBJETIVOS

2.1. O presente Acordo possui como objetivos:

2.1.1. Fortalecer a política de enfrentamento à violência contra as mulheres, buscando garantir a inserção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar no mercado de trabalho e promover sua autonomia econômica;

2.1.2. Apoiar o atendimento do percentual mínimo de vagas estabelecido no item 1.1.1, da Cláusula Primeira, por meio do fornecimento, pela **Secretaria de Políticas para as Mulheres**, da relação de mulheres em situação de violência doméstica e familiar que tenham autorizado expressamente a disponibilização de seus dados para fins de obtenção de trabalho nos órgãos e nas entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

2.1.3. Buscar meios para a permanência das mulheres em situação de violência doméstica e familiar entre as empregadas do licitante alocadas ao contrato com a Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

2.1.4. Disponibilizar, pela **Secretaria de Políticas para as Mulheres**, a declaração de manutenção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar entre as empregadas do licitante alocadas ao contrato com a administração; e

2.1.5. Compartilhar informações sobre fortalecimento da autonomia econômica, ruptura do ciclo de violência e mecanismos de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1. O presente Acordo de Cooperação Técnica reger-se-á pelo disposto no art. 184 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e legislação correlata.

3,2, A implementação da Cláusula Primeira, Do Objeto, deste Acordo visa atender ao disposto no inciso I do §9º do art. 25 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ao Decreto nº 11.430, de 08 de março de 2023.

CLÁUSULA QUARTA – DO SIGILO DA CONDIÇÃO DA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

4.1. A identidade das trabalhadoras contratadas em atendimento às disposições contidas neste Acordo e a condição de vítima de violência doméstica e familiar serão mantidas em sigilo pelos PARTÍCIPES, pelo órgão

ou entidade contratante e pela empresa contratada.

4.1.1. O sigilo de que trata o item 4.1 não se aplicará às pessoas que se relacionarem diretamente com a mulher contratada e que exerçam funções de chefia, supervisão ou representação, em condição de preposto(a), a fim de que sejam habilitadas a identificarem sinais de violência e a prestar orientação e assistência imediata mediante interação com a rede de atendimento à mulher, quando necessário.

4.1.2. As pessoas mencionadas no item 4.1.1 ficam obrigadas a preservar o sigilo das informações obtidas em razão da função.

4.1.3. A inaplicabilidade do sigilo demandará anuência específica da mulher contratada.

CLÁUSULA QUINTA – DA NÃO DISCRIMINAÇÃO

5.1. É vedado qualquer tipo de discriminação às trabalhadoras vítimas de violência doméstica e familiar integrante da mão de obra alocada na prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

5.2. Valorizam-se as iniciativas das empresas de adequação das condições de trabalho das mulheres em situação de violência doméstica e familiar no seu rol de políticas de recursos humanos.

CLÁUSULA SEXTA – PLANO DE TRABALHO

6.1. Para o alcance do objeto e objetivos pactuados neste Acordo, os PARTÍCIPES obrigam-se a cumprir o Plano de Trabalho (SEI-MGI40882445), que será parte integrante e indissociável deste Acordo, sem prejuízo de sua atualização e aperfeiçoamento fundamentados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ATRIBUIÇÕES

7.1. São atribuições **COMUNS**:

7.1.1. Executar as ações necessárias ao cumprimento do objeto e ao alcance dos objetivos deste Acordo, de forma coordenada e colaborativa, dentro de suas competências regulamentares e de acordo com o Plano de Trabalho;

7.1.2. Apresentar, um ao outro, os dados e as informações necessários à melhor consecução e fiscalização das ações deste Acordo;

7.1.3. Manter a confidencialidade sobre os dados e as informações sigilosas, eventualmente compartilhadas na vigência deste Acordo, sendo vedada a sua comunicação a terceiros, seja direta ou indiretamente;

7.1.4. Não utilizar as informações, dados e/ou base de dados a que se tenha acesso em função deste Acordo para fins distintos ao cumprimento de seu objeto, ressalvado o cumprimento de ordens ou requisições de órgãos de controle, de decisões judiciais ou de outras obrigações legais; e

7.1.5. Indicar 2 (dois) agentes públicos, sendo um(a) titular e um(a) suplente, que serão responsáveis pelo gerenciamento e acompanhamento, nos termos deste Acordo.

7.2. São atribuições da **SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES**:

7.2.1. Articular políticas, ações e informações para acolhimento, qualificação técnica, apoio psicossocial e acompanhamento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, por meio da rede de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar;

7.2.2. Obter autorização expressa da disponibilização de dados das mulheres em situação de violência doméstica e familiar para a obtenção de trabalho;

7.2.3. Manter ou articular-se para a manutenção de banco de dados atualizado de mulheres em situação de violência doméstica e familiar atendidas pela rede, que tenham autorizado expressamente a disponibilização de seus dados para fins de obtenção de trabalho, com suas respectivas qualificações;

7.2.4. Prover, quando formalmente demandada pelas empresas contratadas, a relação nominal das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, mediante prévia autorização das mulheres cujos dados estejam arrolados para fins de seleção de trabalho;

7.2.5. Receber e registrar as informações sobre o resultado do processo seletivo de que trata o item 1.2, assim como sobre qualquer alteração no contrato de trabalho da trabalhadora;

7.2.6. Emitir declaração de que a empresa contratada realizou processo seletivo para qual foram convidadas todas as mulheres constantes na relação nominal, e informar a quantidade de mulheres que foram selecionadas ao órgão ou entidade contratante, para efeito de fiscalização;

7.2.7. Encaminhar, semestralmente, ao órgão ou entidade contratante a declaração de manutenção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar entre as empregadas do licitante alocadas ao contrato;

7.2.8. Disponibilizar ao órgão ou à entidade contratante e à empresa contratada informações e contatos da rede de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar com vistas a que os forneçam às pessoas diretamente relacionadas à mulher contratada em funções de chefia, supervisão ou representação, em condição de preposto(a), para adoção de medidas necessárias caso venham a identificar riscos à segurança ou indicativos de ocorrência de novos atos de violência a que a mulher tenha sido submetida; e

7.2.9. Prestar, sempre que requisitada, informações complementares.

7.3. São atribuições do **MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS** :

7.3.1. Fazer constar nos modelos de editais de licitação, de avisos de contratação direta para a contratação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra e de contratos respectivos, cláusula que estipule percentual mínimo de 8% das vagas para a contratação de mulheres em situação de violência doméstica e familiar;

7.3.2. Solicitar sempre que necessário informações complementares à **Secretaria de Políticas para as Mulheres** e ao órgão ou entidade contratante;

7.3.3. Apoiar ações de sensibilização e capacitação voltadas para a implementação do presente Acordo;

7.3.4. Comunicar aos dirigentes máximos e aos dirigentes das Unidades Setoriais do Sistema de Administração de Serviços Gerais (USASG) dos órgãos e das entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional situados no território do Distrito Federal sobre a celebração deste Acordo, como meio para favorecer a melhor implementação do Decreto nº 14.430, de 2023 em seus processos de licitação e de contratação; e

7.3.5. Acompanhar e avaliar o andamento das ações previstas neste Acordo.

7.4. São atribuições do **MINISTÉRIO DAS MULHERES**:

7.4.1. Articular e coordenar as ações com a **Secretaria de Políticas para as Mulheres** e a rede de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar para a execução deste Acordo;

7.4.2. Propor fluxos, rotinas e modelos aos organismos de políticas para as mulheres para a implementação das ações previstas neste Acordo;

7.4.3. Apoiar ações de sensibilização e capacitação voltadas para a implementação deste Acordo;

7.4.4. Acompanhar e avaliar o andamento das ações previstas neste Acordo.

CLÁUSULA OITAVA – DO DESCUMPRIMENTO DAS ATRIBUIÇÕES

8.1. O descumprimento das atribuições previstas no presente Acordo será comunicado pela parte prejudicada às outras, mediante notificação por escrito, a fim de que seja providenciada a sua regularização no prazo de 15 (quinze) dias corridos.

CLÁUSULA NONA – DO GERENCIAMENTO DO ACORDO

9.1. Os PARTÍCIPIES deverão indicar formalmente 2 (dois) agentes públicos, sendo um(a) titular e um(a) suplente, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da publicação do presente Acordo nos termos da Cláusula Décima Sétima.

9.1.1. Os atos de comunicação entre os PARTÍCIPIES são de responsabilidade dos(as) indicados(as) do item 9.1, inclusive transmissão e recebimento de informações, propostas e agendamentos de reuniões e outros eventos.

9.1.2. Os agentes públicos indicados(as) na forma do item 9.1 serão responsáveis por gerenciar e fiscalizar a parceria, zelar por seu fiel cumprimento, coordenar, organizar, articular, acompanhar, monitorar e supervisionar as ações que serão tomadas para o cumprimento do ajuste.

9.2. Os PARTÍCIPIES deverão informar, por escrito, um ao outro, as alterações dos(as) agentes públicos previstos no item 9.1, bem como informações necessárias para o gerenciamento do presente Acordo

CLÁUSULA DÉCIMA - CLÁUSULA DÉCIMA - DOS RECURSOS FINANCEIRO OU ORÇAMENTÁRIOS

10.1. O presente Acordo não implica transferência de recursos financeiros ou orçamentários entre os PARTÍCIPIES.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS PATRIMONIAIS E HUMANOS

11.1. Não haverá, para a execução do presente Acordo, transferência de recursos patrimoniais entre os PARTÍCIPIES.

11.2. Os(as) representantes institucionais e os(as) agentes públicos atuantes na execução deste Acordo não receberão quaisquer valores especificamente relacionados às atribuições, ações e serviços relacionados ao Acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

12.1. O prazo de vigência deste Acordo será de 5 (cinco) anos a contar da publicação no Diário Oficial da União.

12.1.1. O prazo de vigência previsto no item 12.1 poderá ser prorrogado, mediante a celebração de Termo Aditivo, desde que haja interesse dos PARTÍCIPIES, respeitando o prazo de comunicação prévia de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO

13.1. Este Acordo poderá, a qualquer tempo, ser modificado de comum acordo entre os PARTÍCIPIES, mediante formalização de Termo Aditivo, sendo vedada a alteração do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO ENCERRAMENTO

14.1. O presente Acordo será encerrado:

14.1.1. Por advento do termo final, diante da não celebração de Termos Aditivos em sentido diverso pelos PARTÍCIPIES;

14.1.2. Por denúncia de qualquer dos PARTÍCIPIES, se não houver mais interesse na manutenção da parceria, notificando os demais parceiros com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias;

14.1.3. Por consenso entre os PARTÍCIPIES, antes do advento do termo final de vigência, a ser devidamente formalizado; ou

14.1.4. Por força de norma ou fato que o torne inexecutável.

14.2. Havendo o encerramento do ajuste, cada um dos PARTÍCIPIES fica responsável pelo cumprimento das obrigações assumidas até a data do encerramento.

14.3. Se na data do encerramento não houver sido alcançado os objetivos, as partes entabularão acordo para cumprimento, se possível, de meta ou etapa que possa ter continuidade posteriormente, ainda que de forma unilateral por um dos PARTÍCIPIES.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO

15.1. Este Acordo poderá ser rescindido justificadamente, em qualquer tempo, por qualquer um dos PARTÍCIPIES, mediante comunicação formal, com aviso prévio de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, nas seguintes condições:

15.1.1. Quando houver o descumprimento de quaisquer cláusulas do presente Acordo por um dos PARTÍCIPIES, devidamente comprovado; ou

15.1.2. Na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do objeto.

15.2. Nos casos de rescisão, as pendências ou trabalhos em fase de execução, ainda que decorrentes de eventuais instrumentos específicos firmados com base neste Acordo de Cooperação Técnica, serão disciplinados por meio do Termo de Rescisão, no qual se definam e atribuam as responsabilidades relativas à conclusão ou extinção de cada um desses trabalhos e das pendências dos trabalhos em andamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA DENÚNCIA

16.1 Este Acordo poderá, a qualquer tempo, ser denunciado pelos PARTÍCIPIES, devendo o interessado externar formalmente a sua intenção nesse sentido, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data em que se pretenda que sejam encerradas as atividades, ficando as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

17.1. O presente Acordo de Cooperação Técnica será publicado pelo **MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS** na forma de extrato no Diário Oficial da União, e pela **Secretaria de Políticas para as Mulheres** no Diário Oficial do Estado e a sua íntegra ficará disponível nos sítios eletrônicos oficiais dos PARTÍCIPIES e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS

18.1. As situações não previstas no presente instrumento serão solucionadas de comum acordo entre os PARTÍCIPIES, em decisão cujo direcionamento deve visar à execução integral do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

19.1. As controvérsias decorrentes da execução do presente Acordo, que não puderem ser solucionadas diretamente por mútuo acordo entre os PARTÍCIPIES, deverão ser encaminhadas ao órgão de consultoria e assessoramento jurídico, sob a coordenação e supervisão da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF), órgão da Advocacia-Geral da União, para prévia tentativa conciliação e solução administrativa de dúvidas de natureza eminentemente jurídica relacionadas à execução da

parceria.

19.2. Na impossibilidade de se lograr conciliação e solução administrativa na forma do item 19.1, fica definida a Seção da Justiça Federal no Distrito Federal como foro para a solução judicial de controvérsias decorrentes da implementação deste Acordo.

Em assim sendo, por estarem acordadas, o **MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS**, o **MINISTÉRIO DAS MULHERES** e o **ESTADO DA BAHIA** firmam o presente Acordo de Cooperação Técnica e aprovam o Plano de Trabalho (SEI-MG140882445) para a produção dos efeitos jurídicos.

Salvador/BA, 21 de março de 2024.

ESTHER DWECK

Ministra de Estado da Gestão e Inovação em Serviços Públicos

APARECIDA GONÇALVES

Ministra de Estado das Mulheres

JERÔNIMO RODRIGUES

Governador do Estado da Bahia

ELISÂNGELA DOS SANTOS ARAÚJO

Secretária de Políticas para as Mulheres do Governo do Estado da Bahia



Documento assinado eletronicamente por **Esther Dweck, Ministro(a) de Estado**, em 21/03/2024, às 11:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **ELISANGELA DOS SANTOS ARAUJO, Usuário Externo**, em 21/03/2024, às 13:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **JERÔNIMO RODRIGUES SOUZA, Usuário Externo**, em 21/03/2024, às 17:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aparecida Gonçalves, Ministra de Estado**, em 21/03/2024, às 17:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **40878844** e o código CRC **7F5A77C5**.

Referência: Processo nº 19973.004999/2024-72.

SEI nº 40878844



PLANO DE TRABALHO

1 - IDENTIFICAÇÃO DOS PARTÍCIPIES

1.1. PARTÍCIPE 1: MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS (MGI) CNPJ: 00.489.828/0073-20

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 6º andar, Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70040-906

Representante: ESTHER DWECK

Cargo: Ministra de Estado

1.2. PARTÍCIPE 2: MINISTÉRIO DAS MULHERES (MM) CNPJ: 05.510.958/0001-46

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco C, 6º andar, Sala 604, Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70058-900

Representante: APARECIDA GONÇALVES

Cargo: Ministra de Estado

1.3. PARTÍCIPE 3: SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.763.132/0001-17

Endereço: Avenida Tancredo Neves, n.º 776, Bloco A, 3.º Andar, Caminho das Árvores, Salvador/BA, CEP 41820-904

Representante: ELISÂNGELA DOS SANTOS ARAÚJO

Cargo: Secretária Estadual

2 - OBJETO

2.1. O presente Plano de Trabalho tem por objeto estabelecer um regime de cooperação mútua entre os PARTÍCIPIES para **estabelecimento de ações conjuntas que assegurem o atendimento do percentual mínimo de vagas, em contratações públicas, de mão de obra constituída por mulheres** em situação de violência doméstica e familiar, no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, conforme regulamentação do Decreto nº 11.340, de 8 de março de 2023.

3 - OBJETIVOS

3.1. O presente Plano de Trabalho tem como objetivos:

Objetivo 1: Fortalecer a política de enfrentamento à violência contra as mulheres, buscando garantir a inserção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar no mercado de trabalho e promover sua autonomia econômica;

Objetivo 2: Apoiar o atendimento do percentual mínimo de 8% das vagas, em contratações públicas, por meio do fornecimento, pela SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, da relação de mulheres em situação de violência doméstica e familiar que tenham autorizado expressamente a disponibilização de seus dados para fins de obtenção de trabalho aos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

Objetivo 3: Buscar meios para a permanência das mulheres em situação de violência doméstica e familiar entre as empregadas do licitante alocadas ao contrato com a Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

Objetivo 4: Disponibilizar, pela SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, da declaração de manutenção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar entre as empregadas do licitante alocadas ao contrato com a administração; e

Objetivo 5: Compartilhar informações sobre fortalecimento da autonomia econômica, ruptura do ciclo de violência e mecanismos de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar.

4 - JUSTIFICATIVA

4.1. As desigualdades históricas e estruturais de gênero no Brasil tem como uma de suas expressões os elevados índices de violência contra mulheres, em especial mulheres negras. A violência contra as mulheres constitui uma das principais formas de violação de seus direitos humanos, atingindo a vida, a saúde, a integridade física e mental das mulheres e de suas famílias. Os índices de violência contra as mulheres tiveram considerável aumento, sobretudo no último período, devido ao desmonte das políticas públicas, à desidratação do orçamento nesta área e a desarticulação de ações de enfrentamento à violência nas três esferas.

4.2. Além da política de enfrentamento à violência contra as mulheres, é necessário um conjunto de ações para garantir também o empoderamento das mulheres e sua autonomia econômica para que ciclo da violência seja rompido. A dependência econômica é um dos principais motivos da permanência da mulher em situação de violência doméstica e familiar. Em razão disso, o Acordo de Cooperação Técnica - ACT Nº 27/2024 (SEI-MGI40878844) e este Plano de Trabalho, constituem ação afirmativa que busca promover oportunidades de qualificação profissional e de geração de trabalho e renda, viabilizando a autonomia econômica e a inclusão das mulheres na sociedade.

4.3. A Lei nº 14.133, de 2021, a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, trouxe inovações importantes que não só contribuem para a maior transparência e controle, a racionalização processual, a profissionalização dos recursos e economicidade, como oportunizam o uso do poder de compra do Estado para a indução de transformações econômicas, ambientais e sociais. Dentro desse último rol de transformações, a Lei mencionada foi explícita no incentivo a ações afirmativas voltadas à redução das desigualdades de raça e gênero e à inclusão produtiva de determinados grupos sociais.

4.4. Seguindo a produção dos atos regulamentares para a efetiva implementação da Lei, o Governo Federal editou o Decreto nº 11.430, de 2023, vigente desde março de 2023, que regulamenta o inciso I do §9º do art. 25, da Lei nº 14.133, de 2021, que traz a possibilidade de o edital prever percentual de mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação seja constituído por mulheres em situação de violência doméstica e familiar, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, *in verbis*:

Lei nº 14.133, de 2021

"Art. 25

..... § 9º O **edital poderá**, na forma disposta em regulamento, exigir que **percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução** do objeto da contratação seja **constituído por**:

I - mulheres vítimas de violência doméstica;

....." (grifou-se)

4.5. Verifica-se relevante o envolvimento da unidade estadual responsável pela política pública de atenção a mulheres em situação de violência doméstica e familiar, com competência na localidade onde será prestado o serviço, tendo em vista que é necessário a disponibilização:

4.5.1. Relação nominal de mulheres em situação de violência doméstica e familiar que possam ser beneficiadas pelas norma; e

4.5.2. Declaração de manutenção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar entre as empregadas do licitante alocadas ao contrato com a Administração.

4.6. Para tanto, é necessário ter acesso aos dados que são geridos e providos pela rede estadual de proteção da mulher, com destaque para os órgãos de segurança pública, assistência social e direitos humanos, preferencialmente com o suporte de um órgão estadual dedicado à política para as mulheres que atue como coordenador de ações e interlocuções.

4.7. Com isso, mais do que dispor dos dados, a iniciava contará com a especialização e as competências dessa rede para viabilizar a capacitação das instituições e, sobretudo, dos atores que conviverão com as mulheres beneficiárias a fim que lhe concedam apoio e possam prestar-lhe assistência que garanta sua proteção e que contribua para o fortalecimento de sua autonomia e a ruptura do ciclo da violência.

5 - DO PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS, ORÇAMENTÁRIOS, PATRIMONIAIS E HUMANOS

5.1. O presente Plano de Trabalho não implica transferência de recursos financeiros, orçamentários, patrimoniais e humanos entre os PARTÍCIPEs.

5.2. Cada qual, no uso de suas próprias capacidades, de suas competências institucionais e das atribuições previstas na Cláusula Sétima do ACT Nº 27/2024 (SEI-MG40878844), buscará implementar as ações e alcançar os objetivos pactuados.

6 - PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO

6.1. A implementação do ACT Nº 27/2024 (SEI-MG40878844) e do presente Plano de Trabalho ocorrerá em regime de mútua cooperação e respeitará as competências e atribuições de cada PARTÍCIPE.

6.2. Não obstante, demandará o engajamento de órgãos e entidades contratantes integrantes da Administração Pública federal direta, indireta e fundacional situados no território da Bahia sobre os quais recaem as responsabilidades impostas pela Lei nº 14.133, de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, e pelo Decreto nº 11.430, de 2023. Isso também se aplica às empresas contratadas sob a égide da Lei mencionada para a prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

6.3. Ainda, envolverá a participação dos órgãos integrantes da rede estadual de proteção à mulher da Bahia que serão mobilizadas e articuladas pela SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES.

6.4. Diante da variedade de atores, da complexidade dos objetivos estabelecidos, da sensibilidade do tratamento a ser dispensado ao público diretamente beneficiado, busca-se concatenar os objetivos e ações da seguinte maneira:

Objetivo	Ação	Descrição da ação
<p>Objetivo 1</p> <p>Fortalecer a política de enfrentamento à violência contra as mulheres, buscando garantir a inserção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar no mercado de trabalho e sua autonomia econômica.</p>	<p>Ação A.1.</p> <p>Comunicação e sensibilização</p>	<p>A implementação do primeiro objetivo do presente Plano de Trabalho tem como foco o conjunto das mulheres em situação de violência doméstica e familiar e a rede de proteção da mulher.</p> <p>Nesse sentido, os PARTÍCIPES desenvolverão, em conjunto, iniciativas de comunicação e sensibilização da sociedade, a começar de seu corpo de servidores e colaboradores, alcançando as empresas que lhes prestem serviços e o público a que atendem.</p> <p>Para tanto, o MINISTÉRIO DAS MULHERES e a SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, com o apoio do MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS, fornecerão informações, materiais informativos e oportunidades de capacitação sobre o tema, para que os órgãos e as entidades contratantes e as empresas contratadas somem esforços à rede de proteção à mulher com vistas à superação de todas as formas de violência, preconceito e discriminação contra as mulheres.</p>
<p>Objetivo 2</p> <p>Apoiar o atendimento do percentual mínimo de 8% das vagas, em contratações públicas, por meio do fornecimento, pela SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES da relação de mulheres em situação de violência doméstica e familiar que tenham autorizado expressamente a disponibilização de seus dados para fins de obtenção de trabalho aos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;</p>	<p>Ação B.1.</p> <p>Disponibilização de modelos e orientações</p>	<p>O MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS, na função de órgão central do Sistema de Serviços Gerais (SISG), conforme previsto no art. 2º do Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, o inciso VI do art. 15 e inciso II do art. 18 do Anexo I do Decreto nº 11.437, de 17 de março de 2023, coordenará com a Advocacia-Geral da União a elaboração de modelos de edital, aviso de contratação direta e termos contratos, como forma de implementação do disposto no inciso I do §9º do art. 25 e no inciso III do art. 60, todos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2023, ao Decreto nº 11.430, de 08 de março de 2023, e disponibilizará aos órgãos e às entidades licitantes, com as respectivas orientações de implementação.</p>
<p>Objetivo 3</p> <p>Buscar meios para a manutenção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar entre as empregadas do licitante alocadas ao contrato com a Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;</p>	<p>Ação B.2.</p> <p>Manutenção de banco de dados</p>	<p>A SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES será responsável por manter banco de dados atualizado com informações das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, atendidas pela rede de atendimento, que autorizarem a disponibilização de seus dados para fins de obtenção de trabalho, com suas respectivas qualificações. Caso, no âmbito da rede estadual de proteção da mulher já exista órgão incumbido de manter banco de dados com as características e informações exigidas para se viabilizar a seleção de mulheres em situação de violência doméstica e familiar, a SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES viabilizará as articulações necessárias para concessão de acesso aos referidos dados à(s) empresa(s) contratada(s).</p>

<p>Objetivo 4</p> <p>Disponibilizar, pela SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES declaração de manutenção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar entre as empregadas do licitante alocadas ao contrato com a administração;</p>	<p>Ação B.3.</p> <p>Preparação do processo de seleção de profissionais</p>	<p>Caso, no âmbito da rede estadual de proteção da mulher, já exista órgão incumbido de manter banco de dados com as características e informações exigidas para se viabilizar a seleção de mulheres em situação de violência doméstica e familiar, a SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES viabilizará as articulações necessárias para concessão de acesso aos referidos dados à(s) empresa(s) contratada(s).</p> <p>A empresa vencedora de certame licitatório para a contratação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra por órgão ou entidade da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, uma vez contratada, depois de autorizada pelo órgão ou entidade contratante, comunicará a SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES acerca dos requisitos profissionais e o número vagas a serem preenchidas, para que a unidade forneça a relação nominal de mulheres em situação de violência doméstica e familiar.</p> <p>O documento de autorização expedido pelo órgão ou entidade contratante deverá conter os dados da empresa contratada e do contrato e ser enviado, junto com a notificação, à SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES.</p> <p>A SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES será responsável por enviar à empresa contratada, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos, a relação nominal das mulheres em situação de violência doméstica e familiar constantes em seu banco de dados com perfil compatível aos requisitos profissionais informado.</p> <p>A relação nominal mencionada deverá ser composta por dados das mulheres em situação de violência doméstica e familiar que tenham autorizado expressamente a sua disponibilização com a finalidade de seleção e obtenção para posto de trabalho.</p>
	<p>Ação B.4.</p> <p>Seleção de profissionais</p>	<p>A empresa contratada deverá selecionar, dentre as mulheres da relação nominal, o número necessário de trabalhadoras para atender ao quantitativo previsto no item 1.1.1. da Cláusula Primeira do ACT Nº 27/2024 (SEI-MGI 40878844), no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar do recebimento da mencionada relação.</p> <p>Na destinação das vagas, deverá ser observada a prioridade prevista no item 1.1.4 da Cláusula Primeira do ACT Nº 27/2024 (SEI-MGI 40878844).</p> <p>A empresa contratada informará, à SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, o resultado do processo seletivo com os dados sobre a quantidade de mulheres contratadas, os nomes e, em caso de não contratação, os motivos.</p> <p>A SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES deverá emitir declaração de que a empresa contratada realizou processo seletivo para o qual foram convidadas todas as mulheres constantes na relação nominal, bem como informar, ao órgão ou entidade contratante, a quantidade de mulheres contratadas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados do término para a realização da seleção.</p>

	<p>Ação B.5.</p> <p>Manutenção das profissionais</p>	<p>Na ocorrência de qualquer alteração no contrato de trabalho da trabalhadora nos termos deste ACT, como promoção, demissão, entre outros, a empresa contratada deverá comunicar imediatamente a SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES para atualização de seu banco de dados.</p> <p>Sempre que necessário, o MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS e o MINISTÉRIO D MULHERES poderão solicitar informações complementares à SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES e ao órgão ou entidade contratante.</p> <p>O exercício funcional da mulher contratada será acompanhado pelo(a) preposto (a) e/ou supervisor(a) da empresa contratada e pelo(a) responsável pelo setor em que a contratada atuar no órgão ou na entidade contratante.</p> <p>Para tanto, os PARTÍCIPIES atuarão de forma coordenada com a empresa contratada e com o órgão ou entidade contratante, com o objetivo de que forneçam informações e oportunidades de capacitação à pessoas responsáveis quer na empresa contratada, quer no órgão ou na entidade contratante, visando estabelecer mecanismos institucionais de ação para lidarem com eventuais situações de risco, discriminação, assédio, ameaça ou violência consumada contra a mulher contratada, bem como para auxiliá-las a superar traumas ou a se integrarem em iniciativas de solidariedade ou mútuo apoio em seu local de trabalho.</p> <p>Semelhantemente, a SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA A MULHERES compartilhará com a empresa contratada e o órgão ou a entidade contratante informações sobre possíveis providências que venham a ser necessárias para a assistência a filhos ou familiares dependentes em hipóteses em que a mulher se veja impossibilitada de assistí-lhes em razão de risco, ameaça ou violência consumada.</p>
<p>Objetivo 5</p> <p>Compartilhar informações sobre fortalecimento da autonomia econômica, ruptura do ciclo de violência e mecanismos de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar.</p>	<p>Ação C.1.</p> <p>Compartilhamento informações</p>	<p>Os PARTÍCIPIES proverão informações sobre o funcionamento da rede de proteção à mulher, os serviços públicos de acolhimento e promoção da autonomia e as oportunidades de capacitação profissional e de outras naturezas que corroborem para a o fortalecimento de sua autonomia e à ruptura do ciclo de violência aos órgãos e entidades contratantes e às empresas contratadas.</p> <p>Por sua vez, os órgãos e as entidades contratantes e as empresas contratadas fornecerão tais informações às mulheres contratadas e facilitarão, na medida do possível, seu acesso às instituições, aos serviços e as capacitações já mencionadas.</p>

7 - DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO

7.1. A execução do presente Plano de Trabalho ocorrerá em 3 (três) etapas, (i) preparação, (ii) execução e (iii) monitoramento e avaliação, de forma a encadear etapas, objetivos, ações, prazos e responsáveis que possibilitem dar clareza ao processo de execução e, assim, facilitar seu monitoramento, seus eventuais ajustes, sua avaliação e, possivelmente, sua replicação, da seguinte maneira:

Etapa 1 - Preparação				
Objetivo	Ação	Atividade	Responsável	Prazo
Objetivo 1	Ação A.1. Comunicação e sensibilização	Disponibilizar materiais de comunicação e sensibilização sobre o tema da violência doméstica e familiar, do fortalecimento da autonomia econômica das mulheres e de mulheres no ambiente de trabalho.	MGI e MM	15 dias após a celebração do ACT Nº 27/2024 (SEI-MGI 40878844).
Objetivos 2, 3 e 4	Ação B.1. Disponibilização de modelos e orientações	Comunicar aos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional sediados no Estado sobre Decreto nº 11.430, de 2023 e o ACT Nº 27/2024 (SEI-MGI 40878844) e os modelos de edital, aviso de contratação direta e termo contrato.	MGI	30 dias da celebração do ACT Nº 27/2024 (SEI-MGI 40878844).
		Disponibilizar caderno de logística para implementação do objeto do ACT Nº 27/2024 (SEI-MGI 40878844).	MGI e MM	15 dias da celebração do ACT Nº 27/2024 (SEI-MGI 40878844).
		Disponibilizar caderno de logística para implementação do objeto do ACT Nº 27/2024 (SEI-MGI 40878844).	MGI e MM	15 dias da celebração do ACT Nº 27/2024 (SEI-MGI 40878844).
	Ação B.2. Manutenção de banco de dados	Apoiar a criação de banco de dados (ou identificar banco de dados existente) e a integração das fontes de informação.	MM	60 dias da celebração do ACT Nº 27/2024 (SEI-MGI 40878844)
	Ação B.3. Preparação do processo de seleção de profissionais	Realizar alinhamento com a SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES sobre fluxo de comunicação e instrumentos.	MGI e MM	15 dias da celebração do ACT Nº 27/2024 (SEI-MGI 40878844).

Etapa 2 - Execução				
Objetivo	Ação	Atividade	Responsável	Prazo
Objetivos 2, 3 e 4	Ação B.2. Manutenção de banco de dados	Manter banco de dados atualizado e fornecer, sempre que comunicado processo de contratação, lista nominal de mulheres em situação de violência doméstica e familiar.	SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	Contínua.

Objetivos 2, 3 e 4	Ação B.3. Preparação do processo de seleção de profissionais	Preparar e enviar relação nominal de mulheres em situação de violência doméstica e familiar com o perfil compatível aos requisitos profissionais do processo de seleção.	SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	5 dias após demanda pela empresa.
Objetivos 2, 3 e 4	Ação B.4. Seleção de profissionais	Emitir declaração sobre a realização do processo seletivo.	SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	15 dias após a comunicação sobre a conclusão do processo.
Objetivos 2, 3 e 4	Ação B.5. Permanência das profissionais	Atualizar banco de dados quanto as alterações da relação de trabalho da empregada.	SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	Sempre comunicada. ^{que}
		Informar sobre estabelecimento de mecanismos institucionais para tratamento de situações de risco, discriminação, assédio, ameaça ou violência consumada.	MM, MGI e SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	5 dias após a comunicação sobre a conclusão do processo seletivo.
Objetivo 5	Ação C.1. Compartilhamento de informações	Prover informações sobre a atenção e empoderamento das mulheres contratadas.	MM , MGI e SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	Contínua.

Etapa 3 - Monitoramento e avaliação		
Atividade	Responsável	Prazo
Elaborar o relatório parcial	Agentes públicos dos Partícipes designados nos termos da Cláusula Nona, do ACT Nº 27/2024 (SEI-MGI 40878844)	Anualmente a contar da publicação deste Plano de Trabalho.
Elaborar o relatório final		60 dias após o término do prazo de vigência do ACT Nº 27/2024 (SEI-MGI 40878844).

8 - DO ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS

8.1. Os PARTICIPES deverão aferir os benefícios e alcance do interesse público obtidos em decorrência do ajuste, mediante a elaboração de relatório conjunto de execução de atividades relativas à parceria, discriminando as ações empreendidas e os objetivos alcançados.

8.2. O relatório parcial das atividades deverá ser apresentado anualmente, a contar da data de publicação do presente Plano de Trabalho.

8.3. O relatório final deverá ser apresentado em até 60 (sessenta) dias a contar do término do prazo de vigência.

9 - DA VIGÊNCIA

9.1. Este Plano de Trabalho tem vigência de 5 (cinco) anos, a contar da sua publicação, e está vinculado ao prazo de vigência do Acordo de Cooperação Técnica Nº 27/2024 (SEI-MGI 40878844).

Em assim sendo, por estarem acordados, o **MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS**, o **MINISTÉRIO DAS MULHERES**, a **SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES** aprovam o presente Plano de Trabalho para a produção dos efeitos jurídicos.

Documento assinado eletronicamente

ESTHER DWECK

Ministra de Estado da Gestão e Inovação em Serviços Públicos

Documento assinado eletronicamente

APARECIDA GONÇALVES

Ministra de Estado das Mulheres

Documento assinado eletronicamente

ELISÂNGELA DOS SANTOS ARAÚJO

Secretária de Políticas para as Mulheres do Governo do Estado da Bahia



Documento assinado eletronicamente por **Esther Dweck, Ministro(a) de Estado**, em 21/03/2024, às 11:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **ELISANGELA DOS SANTOS ARAUJO, Usuário Externo**, em 21/03/2024, às 12:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **JERÔNIMO RODRIGUES SOUZA, Usuário Externo**, em 21/03/2024, às 17:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aparecida Gonçalves, Ministra de Estado**, em 21/03/2024, às 17:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **40882445** e o código CRC **59C77379**.

Referência: Processo nº 19973.004999/2024-72.

SEI nº 40882445



4. Fluxo de implementação

Contratação de mulheres em situação de violência doméstica e familiar

MGI

Formalização de parceria
com o organismo de políticas
para as mulheres

Comunicar, via ofício circular,
os órgãos e entidades públicas
federais na localidade sobre a
celebração do acordo e como
contatar o organismo de
políticas para as mulheres

**Órgão ou entidade
contratante**

Informar antecipadamente ao
organismo de políticas para as
mulheres previsão de
contratação

Iniciar processo licitatório,
conforme demanda e
conveniência, utilizando
modelos disponibilizados pela
AGU

Empresa contratada

**Organismo de
políticas para as
mulheres**

Ingresso da mulher na rede
de atendimento

Cadastrar ou articular junto
aos serviços da rede o
cadastramento da mulher em
banco de dados

Direcionar ações de
capacitação e qualificação
profissional para os perfis
informados

Constará no cadastro
informações sobre
qualificações profissionais

Contratação de mulheres em situação de violência doméstica e familiar

MGI

Órgão ou entidade contratante

(Gestor do contrato) Após contratada empresa vencedora do certame, convocar reunião de alinhamento com empresa e o organismo de políticas para as mulheres

(Gestor do contrato) Criar processo no SEI, em nova unidade raiz com acesso externo às pessoas designadas pela empresa e pelo organismo de políticas para as mulheres, e instruir com acordo de parceria e contrato

Empresa contratada

Iniciar processo de seleção

Solicitar, no processo, o fornecimento da relação de mulheres para seleção com: funções, requisitos profissionais e número de vagas a serem preenchidas

Documento modelo "Solicitação de fornecimento de relação"

Realizar seleção

Organismo de políticas para as mulheres

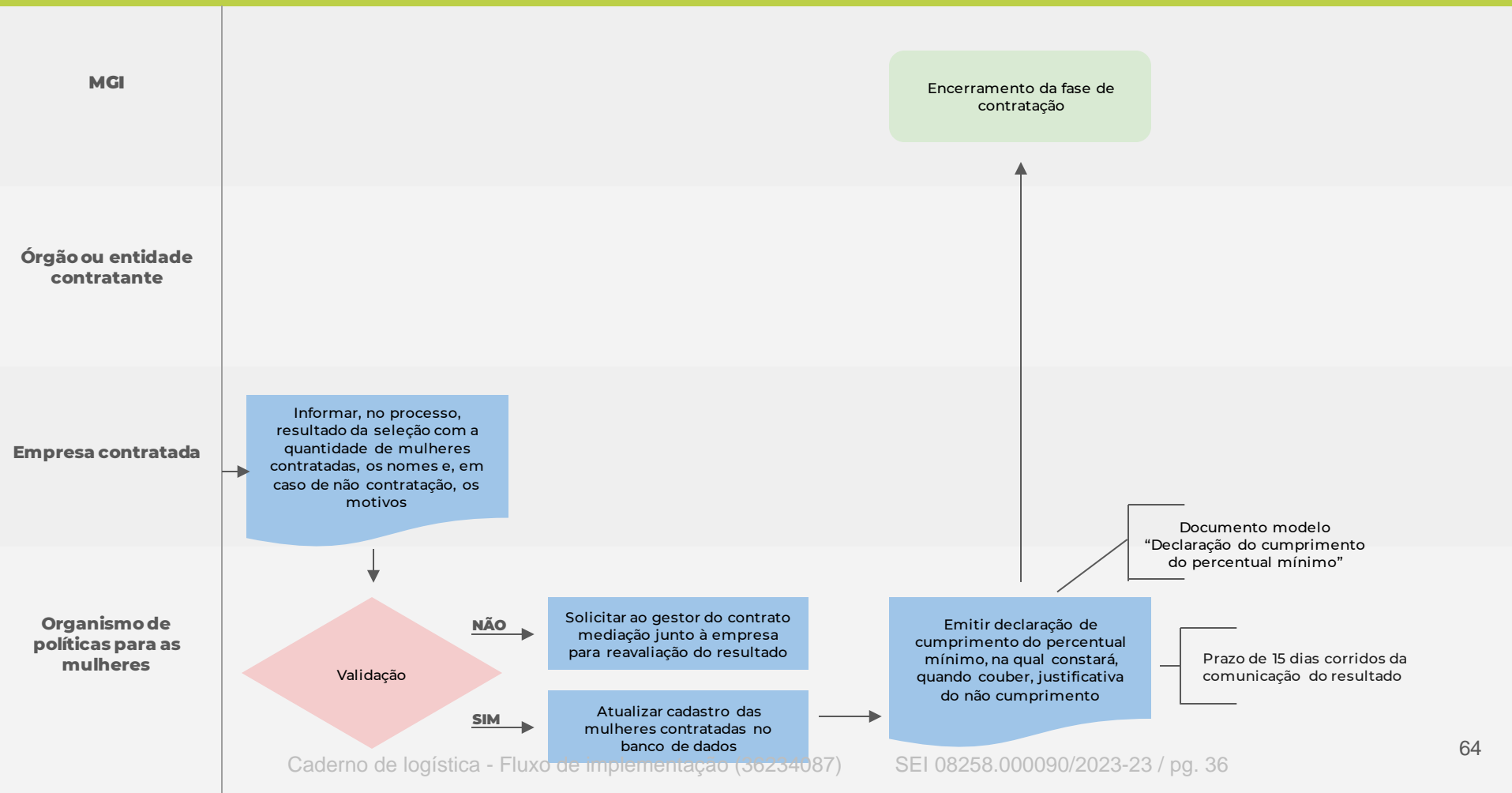
Realizar pesquisa no banco de dados e contatar as mulheres com perfis compatíveis aos requisitos informados para manifestação de interesse e autorização de disponibilização de dados

Documento modelo "Relação nominal"

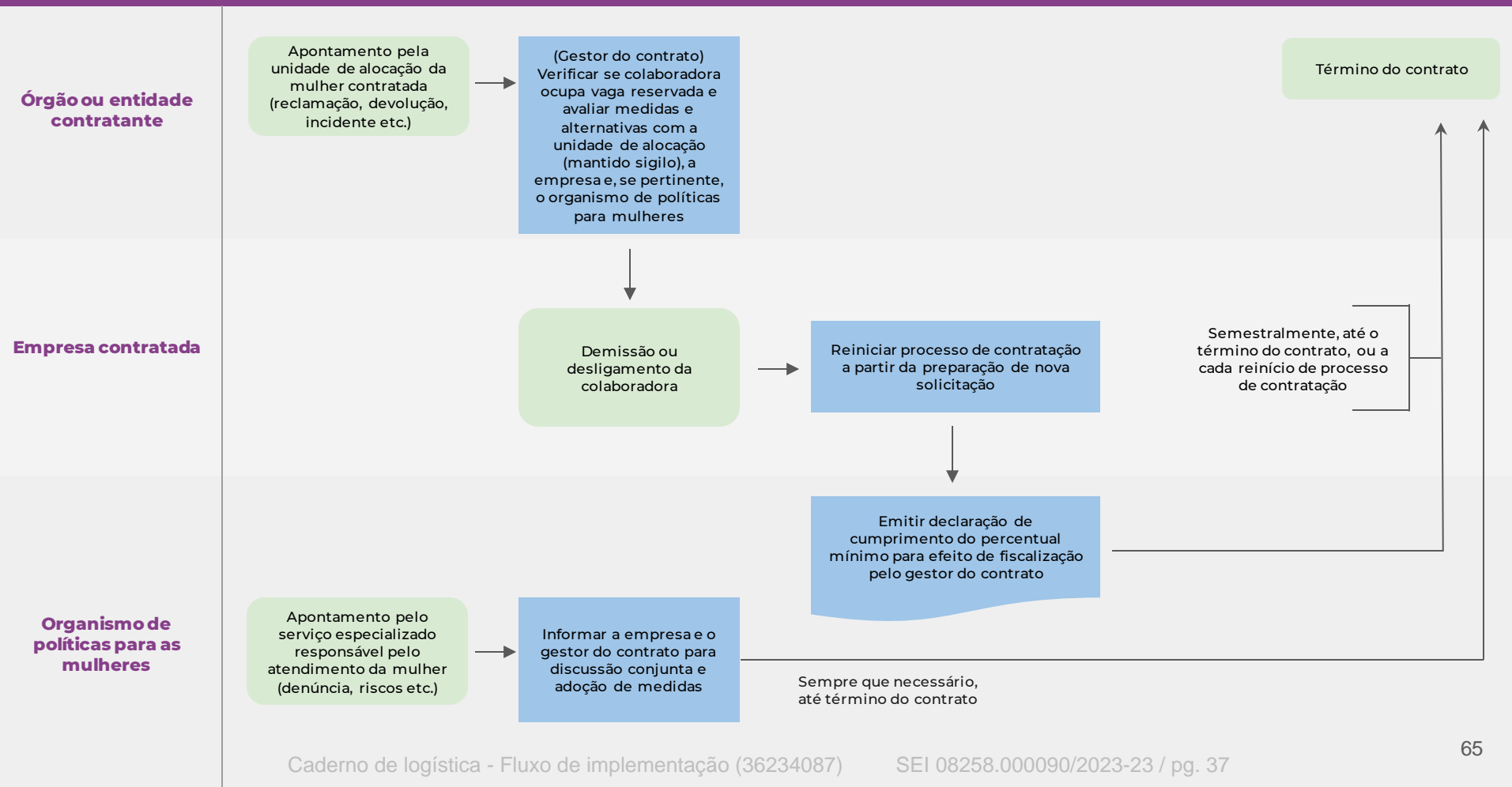
Informar relação nominal das mulheres interessadas, no processo, somente com as informações necessárias para o contato com a mulher

Prazo de 5 dias corridos da comunicação da empresa

Contratação de mulheres em situação de violência doméstica e familiar



Acompanhamento da permanência das mulheres contratadas



Monitoramento e avaliação

O MGI e o MM aferirão, em conjunto com os organismos de políticas para as mulheres parceiros, os benefícios e alcance do interesse público obtidos em decorrência da implementação da política, no âmbito das parcerias celebradas, mediante a elaboração de relatórios conjuntos de execução de atividades relativas à parceria, discriminando as ações empreendidas e os objetivos alcançados. Para a elaboração dos referidos relatórios, é essencial que as informações que constam do fluxo de execução e informações complementares que se façam necessárias sejam comunicadas nos prazos e nas formas definidas.



5. Anexos

Documentos modelos

Anexo I – Solicitação de fornecimento de relação de mulheres para processo de seleção

1. INFORMAÇÕES CONTRATUAIS

- 1.1. Órgão/entidade de administração: <<órgão/entidade>>
- 1.2. Unidade contratante: <número da UASG >
- 1.3. Núm. Contrato: < número do contrato administrativo>
- 1.4. Empresa contratada: XXX
- 1.5. Vigência do contrato: de XX/XX/XXXX a XX/XX/XXXX, XX anos.
- 1.6. Quantidade total de postos de trabalho: XXX

2. DESCRIÇÃO DO POSTO DISPONÍVEL

- 2.1. Tipo de posto: XXXX
- 2.2. Quantidade de postos disponíveis para mulheres em situação de violência doméstica e familiar: <informar a quantidade >
- 2.3. Exigência: <formação mínima, especialização etc.>
- 2.4. Perfil: <habilidades, conhecimentos, domínios etc.>

Anexo I – Solicitação de fornecimento de relação de mulheres para processo de seleção

3. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES QUE DEVERÃO SER REALIZADAS

(Exemplo:

Compete ao assistente administrativo:

- a) Auxiliar na organização e atualização de arquivos, guias e controles, referentes à organização do setor;*
- b) Auxiliar na conferência de documentos e na organização dos processos administrativos;*
- c) Auxiliar no arquivamento de documentos e correspondências;*
- d) Executar exercícios de digitação, de acordo com os processos e rotinas estabelecidas, atendendo as necessidades administrativas das áreas;*
- e) Controlar a entrada e a saída de documentos e/ou materiais, sob orientação;*
- f) Inteirar-se dos trabalhos desenvolvidos em cada setor, visando orientar e facilitar a obtenção de dados, documentos ou outras solicitações dos superiores;*
- g) Operar equipamentos diversos, tais como: projetor multimídia, aparelhos de fax, máquinas fotocopadoras/duplicadoras, trituradores e outros;*
- h) Receber, buscar, levar e distribuir internamente documentos, periódicos, correspondências, carimbos, crachás, bóttons, banners e outros;*
- i) Localizar, classificar e manter atualizado o acervo de documentos do setor ao qual está vinculado;*
- j) Zelar pela higiene, limpeza, conservação e boa utilização dos equipamentos e instrumentos utilizados;*
- k) Anotar e enviar recados.)*

Anexo II – Relação nominal de mulheres para processo de seleção

INFORMAÇÕES CONTRATUAIS				
Órgão/entidade de administração:				
Número do Contrato:				
Empresa contratada:				
Posto:				
Solicitação recebida em:				
Nome	Raça/Cor (preta, parda, branca, amarela ou indígena)	Identidade de gênero (cis ou trans)	Perfil (Formação, competências, habilidades e/ou domínios)	Contato (ao menos duas opções de contato)

Anexo III - Declaração do cumprimento do percentual mínimo de 8% de mão de obra constituída por mulheres em situação de violência doméstica e familiar

1. INFORMAÇÕES CONTRATUAIS

- 1.1. Órgão/entidade de administração: <<órgão/entidade>>
- 1.2. Unidade contratante: <número da UASG >
- 1.3. Núm. Contrato: < número do contrato administrativo>
- 1.4. Empresa contratada: XXX
- 1.5. Vigência do contrato: de XX/XX/XXXX a XX/XX/XXXX, XX anos.
- 1.6. Quantidade total de postos de trabalho: XXX

2. DECLARAÇÃO

- 2.1. Quantidade de vagas para mulheres em situação de violência doméstica e familiar: <informar a quantidade de vagas equivalente ao percentual mínimo de 8%>
- 2.2. Quantidade de mulheres em situação de violência doméstica e familiar contratadas: <informar a quantidade >
- 2.3. A empresa contratada está cumprindo o percentual mínimo de 8% definido no Decreto nº 11.430/2023? () sim () não.
 - 2.3.1. Caso a resposta do item 2.3. seja "não", apresentar a justificativa do não cumprimento do percentual mínimo: <justificativa >
- 2.4. Informações complementares